

AS LEITURAS QUE MICHEL FOUCAULT FEZ DE ADAM SMITH: UMA BREVE HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

MICHEL FOUCAULT'S READINGS ABOUT ADAM SMITH: A BRIEF HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT

Claudio Vinicius Felix Medeiros¹

Resumo: São duas as obras de Foucault privilegiadas neste estudo: *As palavras e as coisas*, de 1966, e *Nascimento da biopolítica*, de 1979. Uma das razões pelas quais é possível criar linhas diagonais de interpretação entre estes dois momentos da obra de Foucault é que em ambos os textos ele se debruça sobre a economia política de Smith, com um rigor tamanho que nos pareceu possível extrair daí o esboço de uma breve história do pensamento econômico. O objetivo deste artigo é esboçar esta história, definir as condições de emergência da economia política na *epistêmê* moderna, entender simultaneamente em que medida a economia assumirá a função de base de cálculo que irá impor à razão governamental moderna uma modalidade nova de limitação dos seus desígnios.

Palavras-chave: Filosofia Contemporânea. Filosofia Política. Michel Foucault. Economia Política. Adam Smith.

Abstract: There are two works by Michel Foucault privileged in this study: *Les mots et les choses*, 1966, and *Naissance de la Biopolitique*, 1979. One of the reasons why it is possible to create diagonal lines of interpretation between these two moments of Foucault's work is that in both texts he focuses on the political economy of Smith, with such a rigor that seemed possible to draw from this a brief sketch of the history of economic thought. The goal of this article is to sketch this story, to define the conditions of emergence of political economy in the modern *epistêmê*, to understand simultaneously to what extent the economy act as the basis of calculation which will impose to the modern *gouvernementalité* a new mode of limitation of its purposes.

Keywords: Contemporary Philosophy. Political Philosophy. Michel Foucault. Political Economy. Adam Smith.

* * *

Se for possível estudar a filosofia de Michel Foucault a partir de seu movimento intrínseco, logo seria possível enxergar que o curso de seus diagnósticos, críticas, leituras, depoimentos, quase sempre assumem a forma de uma espiral. É que Descartes, Kant, Sade, Freud, Nietzsche, Bentham, Smith, dentre muitos outros, podem parecer, aos olhos de Foucault, atores cujas máscaras vez ou outra estão rachadas, cujas

¹ Mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da PUC/SP (bolsista FAPESP). E-mail: claudiomedeirosrj@gmail.com

identidades aguardam o dia de serem terminadas. Em certos momentos da obra de Foucault, mesmo as autorias, que costumam funcionar como fundamento para a lógica interna do conjunto de uma obra, deixam, definitivamente, de ser referência para o filósofo, e o único material de que ele decide dispor é a recepção da obra, o seu legado, o seu uso tardio, os seus efeitos extradiscursivos, em suma, o seu caráter enunciativo. Porque quando o autor se apaga, quando uma obra é arrancada do seu status de monumento, resta ainda o seu potencial enunciativo. E este movimento, segundo o filósofo, tem o objetivo de apreender de que modo esses enunciados “podem se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política [...]. [É para] descrever, entre eles e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações” (FOUCAULT, 2000, p. 94).

A filosofia de Foucault segue um movimento em espiral quando seus objetos de estudo são constantemente revisitados, e o efeito disso é uma complexificação e um desdobramento de vieses que resistem talvez a certas tentativas de sistematização. Essa coragem de Foucault, ao desembaralhar sua vasta produção filosófica para dispô-la em outras ordens, explorar seus interstícios, visitar autores, arquivos, temas, sem nunca pôr em xeque o rigor de um pensamento, são práticas comuns nos seus escritos. As revisitações podem vir inseridas em contextos temáticos diferentes, com objetivos certamente inesperados, mas que inventam, nas obras lidas por ele, novas aberturas e possibilidades. Suas leituras de Adam Smith se encaixam, sem dúvida, nessa série de considerações, e é justamente sobre estas incursões a Adam Smith que o texto pretende se debruçar daqui em diante.

Foucault faz pelo menos duas incursões ao pensamento de Smith: em *As palavras e as coisas*, de 1966; e em um dos cursos ministrados no *Collège de France*, *Nascimento da biopolítica*, de 1979. Em *As palavras e as coisas* ele mostra que a economia política surge exatamente na passagem do século XVIII para o XIX, não simplesmente porque Smith concede ao conceito de trabalho “a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens” (SMITH, 1987, p. 119); mas também porque, na curva do século, o verdadeiro saber, diria Foucault, como um “modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento” (FOUCAULT, 2007, p. 346), pôde sofrer uma profunda alteração. O que isso significa?

É como se em cada cultura, ele diria em *As palavras e as coisas*, houvesse uma “*experiência nua da ordem*” das coisas, ou uma experiência dos modos de ser desta ordem. Esta “*experiência*” estaria disponível entre aquilo que seria “*o uso do que se*

podéria chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem” (FOUCAULT, 2007, p. 18, grifo no original). A arqueologia, este sentido de história cunhado por Foucault, procura analisar três *epistémai* historicamente situadas, ou seja, três ordens internas à constituição dos saberes de cada uma das épocas. As três épocas observadas são o Renascimento, a Idade Clássica e a Modernidade.

Ficam muito mais claros os objetos da análise da arqueologia quando Foucault passa a expor, na forma de interrogação, o foco real da sua curiosidade.

A que acontecimento ou a que lei obedecem essas mutações que fazem com que de súbito as coisas não sejam mais percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo e que, no interstício das palavras ou sob sua transparência, não sejam mais as riquezas, os seres vivos, o discurso que se oferecem ao saber, mas seres radicalmente diferentes? (FOUCAULT, 2007, p. 298)

Assim, haveria, entre largos períodos históricos, alterações nos limites do que pode ser percebido, visto ou dito? Sim, ele responde, e caberia então elaborar uma investigação histórica que o reconduzisse até as condições históricas dessas alterações. Dentro das devidas proporções, este movimento descrito por Foucault, no campo da história, se assemelha ao que Kant faz em sua epistemologia, na ocasião em que o filósofo alemão define o tempo e o espaço como formas *a priori* da sensibilidade. Também Foucault tem a intenção de apresentar as condições *a priori* do conhecimento, ainda que neste caso não se trate de uma antropologia, e sim de definir o *a priori* histórico do saber. E não só o *a priori* histórico do saber, como inclusive o *a priori* histórico do discurso científico, e neste sentido será possível entender o que faz com que alguns discursos sejam aceitos como discursos científicos em determinada *epistémê*, e percam o *status* de científicos em outra *epistémê*.

Mas como atingir esta região intermediária entre os códigos culturais anteriores às empiricidades e todo volume de conhecimento que se produziu a respeito desta ordem? Como liberar o solo epistemológico que foi condição de emergência para certos tipos de saberes? Como ativar esta ordem em seu ser mesmo? A essas objeções Foucault deixa claro que o que *As palavras e as coisas* quis fazer foi, bem genericamente, analisar, por exemplo, “a gramática geral, a história natural e a economia, *reportando-as a uma teoria geral dos signos e da representação*” (FOUCAULT, 2007, p. 104, grifo nosso). Resta então compreender como esse projeto se tornou realidade, e para tal é suficientemente adequado permanecer no exemplo das

descontinuidades que o pensamento econômico sofreu ao longo de três séculos que antecedem a Era Moderna. Logo em seguida, será possível compreender o papel peculiar que Adam Smith exerce na economia política do seu tempo.

Por que Portugal e Espanha, antes de se tornarem potenciais comerciais, impunham pesadas sanções à exportação dos metais preciosos acumulados nas colônias americanas? Quais inconvenientes levavam esses países a adotar um forte esquema de vigilância sobre a exportação do ouro e da prata? Por que a acumulação de tesouros fez parte da política dos príncipes europeus ao longo de tantos séculos? Foucault dá um panorama da questão da substância monetária e do problema dos preços ao longo dos séculos do Renascimento.

O insigne metal era, por si, marca da riqueza; seu brilho oculto indicava suficientemente que ele era ao mesmo tempo presença escondida e visível assinalação de todas as riquezas do mundo. Por essa razão é que tinha um *preço*; por essa razão, também *media* todos os preços; por essa razão, enfim, era possível *trocá-lo* por tudo o que tinha preço. Era *precioso* por excelência (FOUCAULT, 2007, p. 239).

No interior do quadro epistemológico do Renascimento, a moeda é dita preciosa pelo fato estrito de ser cunhada em metais preciosos. A relação que ouro e prata estabelecem com a riqueza não é uma relação de representação, e sim de semelhança e parentesco. Antes do século XVII, signos e coisas se entrelaçam no espaço plano do real, e assim, no Renascimento, é como se a ordem da natureza repetisse a sintaxe das palavras, é como se entre signos e coisas não houvesse um hiato possível. Levando isto a consequências práticas, Foucault nota que “o metal só aparecia como signo, e como signo medindo riquezas, na medida em que ele próprio era uma riqueza” ((FOUCAULT, 2007, p. 231). O poder dos metais de aferir o valor das mercadorias escapa à arbitrariedade do mercado e repousa numa cosmologia que se vê fixada pela própria Providência. É na materialidade própria das riquezas que o valor era, não representado, mas naturalmente apresentado ao homem da renascença.

Este panorama sofre uma profunda alteração quando, na aurora da Idade Clássica, ser e representação acham-se dispersos em uma configuração epistemológica inteiramente nova. Muda o modo de ser prévio das empiricidades, surgem novos domínios empíricos a serem explorados.

Foucault nota, no curso oferecido em 1978, chamado *Segurança, território, população*, que o século XVII – momento que é identificado tanto com o barroco

quanto com o mercantilismo – é alvo de uma profunda mudança na conjuntura política europeia. É o real fim do Império Romano, dia “em que se reconhece enfim que o Império não é a vocação última de todos os Estados, o Império já não é a forma na qual um dia se deve esperar ou sonhar que os Estados se fundirão” (FOUCAULT, 2008b, p. 390). A Espanha, herdeira de uma antiga propensão ao monopólio, experimentou o desenvolvimento de uma razão de Estado marcado sobretudo pela rivalidade entre os príncipes, a tendência à unificação, e o rápido enriquecimento em razão da extensão do Império e a acumulação dos metais. Ora, a crise desse modelo de governamentalidade passou, em seguida, pela falência da ideia de universalidade política, sem dúvida favorecida pelo empobrecimento dos Impérios coloniais no decorrer dos séculos do mercantilismo. Foucault pontua que “a partir do momento em que se começou a pensar os enfrentamentos em termos de concorrência, é [pela] aliança como combinação provisória de interesses que as forças vão ser avaliadas e calculadas” (FOUCAULT, 2008b, p. 395). Ou seja, foi quando se deixou de pensar a relação entre os Estados não mais a partir a combinação de heranças por meio de alianças de dinastia; e sim através da composição das forças estatais em alianças políticas e comerciais, que se começou a perceber uma lenta passagem de uma “rivalidade dinástica” ao que se pode chamar de “concorrência entre Estados”.

Elas procuram se afirmar num espaço que é o da concorrência comercial e da dominação comercial, num espaço de circulação monetária, num espaço de conquista colonial, num espaço de controle dos mares, e tudo isso dá à afirmação de cada Estado por si mesmo não simplesmente a forma de autofinalidade (...), mas esta forma nova, a da concorrência. Só é possível afirmar-se num espaço de concorrência política e econômica (...), num espaço de concorrência que vai dar seu sentido a esse problema da ampliação do Estado como princípio, fio condutor da razão de Estado (FOUCAULT, 2008b, p. 391, 392).

Adam Smith comenta a antiga preocupação da maioria das nações europeias em não permitir o transporte de ouro e prata para fora do reino. Antes de se tornarem países comerciais, Portugal e Espanha proibiam a exportação dos metais à custa de pesadas sanções. Mais tarde, tendo acumulado por todos os meios possíveis um contingente alto de metais, esses países sofriam com a sua desvalorização, e a política protecionista enfrentou as críticas dos mercadores nacionais, que consideravam a proibição das exportações um inconveniente. A proibição se mostrava prejudicial ao comércio, porque

os metais serviam melhor aos mercadores na hora de comprar bens estrangeiros, seja para importá-los simplesmente, seja para lucrar com a reexportação a outro país. Eles Argumentavam que a exportação dos metais não tinha como efeito necessário a diminuição do ouro e da prata no reino. Os metais aumentariam de quantidade se uma mercadoria estrangeira que fosse importada excedesse o consumo dentro do país, e então esses bens poderiam gerar lucro se fossem reexportados para países onde houvesse escassez. Ele conclui:

Em segundo lugar, argumentaram que esta proibição não podia impedir a exportação de ouro e prata, que, pela pequenez do seu volume em relação ao seu valor, podiam ser facilmente contrabandeados. Que sua exportação só podia ser impedida se se olhasse devidamente para aquilo que eles chamavam a balança comercial. Que quando um país exportava mais do que importava, era-lhe devido um saldo por nações estrangeiras que lhe pagavam, necessariamente, em ouro e prata, aumentando assim a quantidade desses metais no reino (SMITH, 1987, p. 723, 724).

Foucault diz que, dentro desta nova racionalidade governamental que vigora a partir do século XVII – sobretudo com o fim da Guerra dos Trinta Anos –, migra-se de uma “estimativa do poder de um príncipe pela extensão das suas posses” (FOUCAULT, 2008b, p. 395) à “conservação de uma certa relação de forças, a conservação, a manutenção ou o desenvolvimento de uma dinâmica das forças” (FOUCAULT, 2008b, p. 397). Mas para encontrar as condições de manutenção desta nova razão política, foi preciso forjar um sistema de segurança que garantisse um mínimo equilíbrio entre as forças dos Estados. O estado de equilíbrio, ancorado em grande parte em dispositivos diplomáticos e militares, viabilizou aquilo que o pensamento econômico começou a chamar de “balança comercial” europeia. Obviamente, a balança europeia não significou exclusivamente um jogo, um arranjo político entre Estados, de modo a amenizar o descompasso político e militar entre as pequenas potências e a força de potências superiores. A balança europeia viabilizou também uma série de alianças comerciais, uma série de técnicas de fiscalização e vigilância sobre o comércio com outros países. É o que Foucault já havia acentuado em 1966, em *As palavras e as coisas*, enquanto pautava o domínio da “análise das riquezas” na Idade Clássica.

O que assegura o equilíbrio e impede as profundas oscilações entre a riqueza e a pobreza não é, pois, um certo estatuto definitivamente adquirido, mas uma composição – ao mesmo tempo natural e combinada – de dois movimentos. Há prosperidade num Estado, não

quando as espécies são aí numerosas ou os preços elevados; mas quando as espécies estão neste estágio de aumento – que é preciso poder prolongar indefinidamente – que permite sustentar os salários sem aumentar mais os preços: então a população cresce regularmente, seu trabalho produz mais e, uma vez que o aumento consecutivo das espécies se reparte (segundo a lei de representatividade) entre riquezas pouco numerosas, os preços não aumentam em relação aos que vigoram no estrangeiro. É somente “entre o crescimento da quantidade de ouro e a alta dos preços que o crescimento da quantidade de ouro e de prata é favorável à indústria. Uma nação cujo numerário está diminuindo é, no momento em que se faz a comparação, mais fraca e mais miserável que uma outra que não possui mais, mas cujo numerário está em crescimento” (FOUCAULT, 2007, p. 260).

Já é possível perceber de que modo haverá um cruzamento entre as duas abordagens de Foucault sobre o tema amplo do mercantilismo. A balança comercial ditava que quando um país exportava mais do que importava, a balança era favorável. Quando, ao contrário, importava mais do que exportava, menos dinheiro entraria no país, o país passava a dever um saldo ao estrangeiro, e então a balança era dita desfavorável. Assim, o que impedirá flutuações muito vertiginosas entre a riqueza e a pobreza das nações não é somente a presença ou a escassez de ouro e prata, e sim uma adequação dos salários às condições do mercado, certo controle dos preços em relação ao estrangeiro, certo desenvolvimento produtivo da indústria. O sistema de preços, norteado pelas relações entre moeda e mercadorias, é agora modificado de acordo com a proporção da quantidade de moeda e a quantidade de mercadorias no país em questão. “Se houver pequena quantidade de moeda em relação aos bens, ela terá um grande valor e os preços serão baixos; se sua quantidade aumenta a ponto de se tornar abundante diante das riquezas, então ela terá pouco valor e os preços serão altos” (FOUCAULT, 2007, p. 235). Ora, o que, dentro desta nova *epistémê* que atravessou Idade Clássica, favoreceu esse novo sistema de pensamento a respeito do estatuto das riquezas? Obviamente uma nova teoria do valor veio à tona para abalar a antiga vocação dos Estados para interditar a transferência do metal ao estrangeiro e operar uma abertura comercial entre os países europeus. Uma das mudanças mais essenciais foi sem dúvida a difusão dos objetos preciosos. Dirá Foucault, “não é mais do metal que virá o valor das coisas. Este se estabelece por si mesmo, sem referência à moeda, segundo critérios de utilidade, de prazer ou de raridade” (FOUCAULT, 2007, p. 241). Quer dizer, o metal deixa de constituir a natureza primeira do valor. Tal como um nome serve de signo para representar uma imagem ou uma ideia, assim também o metal, a moeda, se reduz à

função instrumental de signo que representa algo. Os objetos preciosos se multiplicam porque as mercadorias estabelecem agora com a moeda um jogo de relações a partir do qual decorre o valor. O valor é agora da ordem da relação. O valor das coisas, dirá o filósofo, “mesmo as mais raras, só pôde baixar em relação à totalidade das outras; do mesmo modo, cada fragmento de metal perde em valor perante os outros, na medida em que aumenta a massa das espécies em circulação” (FOUCAULT, 2007, p. 245, 246).

Na análise clássica das riquezas, o valor está ligado à permuta, quer dizer, o valor de uma mercadoria é calculado em termos da quantidade de moeda por que é possível trocá-la. O valor da moeda se mede, por sua vez, de acordo com a quantidade de mercadorias que ela representa. Já com Adam Smith – como logo ficará claro –, “as riquezas não estabelecerão mais a ordem interna de suas equivalências por uma comparação dos objetos a trocar, nem por uma estimação do poder próprio a cada um de representar um objeto de necessidade” (FOUCAULT, 2007, p. 305). Com a modernidade, essa circularidade, ditada pelo comércio, entre valor de uso de uma mercadoria e as unidades de preço é fixada em torno de um referencial comum a toda mercadoria, e esse é um acontecimento decisivo para o surgimento da economia política.

Mas essa descontinuidade latente entre a economia nascente e a antiga análise das riquezas só se fez possível porque a disposição cultural própria do mercantilismo experimentou uma ruptura fundamental. Foucault descreve o modo como esta nova *epistémê* impõe aos ramos do conhecimento novas condições de possibilidade. Do solo epistemológico moderno surgem ciências que exigem a presença do homem como objeto de conhecimento. Daí provêm domínios como a biologia, a economia e a filologia, ciências inteiramente fundadas na relação que os objetos empíricos estabelecem com o homem. Deste modo, dirá o filósofo, no lugar antes ocupado por uma análise das riquezas e do valor mercantil dos produtos, surge uma investigação sobre as formas de produção e do homem como ser que trabalha. Caberá demarcar a importância de Smith na reconstituição do sistema geral de pensamento da Era Moderna.

Na Idade Clássica “não há economia política porque, na ordem do saber, a produção não existe” (FOUCAULT, 2007, p. 227). O que isso significa?

O que mudou, na curva do século, e sofreu uma alteração irreparável foi o próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento; se se começa a estudar o

custo da produção, e não mais se utiliza a situação ideal e primitiva da permuta para analisar a formação do valor, é porque, ao nível arqueológico, a produção como figura fundamental no espaço do saber substituiu-se à troca, fazendo aparecer, por um lado, novos objetos cognoscíveis (como o capital) e prescrevendo, por outro, novos conceitos e novos métodos (como a análise das formas de produção) (FOUCAULT, 2007, p. 346).

A *Riqueza das Nações*, de Smith, se inicia exatamente com uma discussão que apresenta, na prática da divisão do trabalho, a vocação da economia política para analisar formas de racionalização da produção. Smith afirma que nações de mais elevado grau de progresso superaram as demais na agricultura e na indústria pelo aumento da quantidade de trabalho, e isto foi assegurado pela prática da divisão do trabalho. Como? Em primeiro lugar, a divisão do trabalho proporciona um acréscimo de destreza ao trabalhador na medida em que concentra a sua atividade em uma única função. Esse fato não somente compensa a falta de preparo da grande massa de operários, como faz necessariamente aumentar a quantidade de trabalho por ela realizado. Segundo, a divisão do trabalho conforma o trabalhador a um melhor uso do tempo. Ela introduz uma maior eficiência na produção. Se o operário não precisa passar de uma tarefa a outra ele tende a ser menos ocioso e, conseqüentemente, mais útil. Terceiro, a divisão do trabalho possibilitou a invenção das máquinas, e isto significa que as máquinas tiveram uma origem “vulgar”.

É pois naturalmente de esperar que um ou outro dos que se dedicam a cada tarefa específica depressa descubra métodos mais fáceis e rápidos de realizar o trabalho que lhe incumbe (...). Grande parte das máquinas usadas naquelas indústrias em que o trabalho está mais subdividido foram originariamente invenção de vulgares operários que, ocupando-se cada um deles de uma tarefa muito simples, naturalmente deram em congeminar formas mais fáceis e expeditas de as realizar (SMITH, 1987, p. 86, 87).

Ou seja, não foi a maquinização da produção que gerou a mecanização do trabalho, mas o contrário. A nova ética do trabalho precisou estar adequada a uma racionalização para que surgissem máquinas que reduzissem o tempo de produção.

Por fim, o princípio que deu origem à divisão do trabalho não foi originariamente a sabedoria humana. Segundo Smith, a divisão do trabalho se originou no aumento das dimensões do mercado. Quer dizer, ela foi conseqüência de um dos princípios originais da natureza do homem, que é a propensão para a troca. Foi a tendência natural do homem para o intercâmbio que gerou a divisão do trabalho. E foi

esta mesma divisão do trabalho a grande responsável por fazer surgir os diversos talentos e profissões exercidos pelo homem. É como se os diferentes talentos dos homens estivessem para a sua própria natureza assim como a divisão do trabalho está para a natureza do trabalho.

A diferença de talentos naturais entre os homens é, na realidade, muito menor do que nós pensamos; e as capacidades muito diversas que parecem distinguir os homens de diferentes profissões, quando atingem a maturidade, não são, em muitos casos, tanto a causa como o efeito da divisão do trabalho (SMITH, 1987, p. 96)

Os produtos dos respectivos talentos são, por conta da predisposição humana para a troca, “levados, por assim dizer, a um fundo comum, onde cada homem pode adquirir aquelas parcelas da produção dos outros de que tiver necessidade” (SMITH, 1987: 98). E já que as necessidades de cada um terão de ser supridas pelo produto excedente do trabalho de outros, em sentido amplo, todos os homens viveriam da troca, “tornando-se, até certo ponto, mercadores, e a própria sociedade se vai transformando numa verdadeira sociedade mercantil” (SMITH, 1987, p. 107).

Talvez agora se esclareça a afirmação de Foucault de que a produção não existia na ordem do saber da Idade Clássica. Uma economia política terá de fato como objeto as formas de produção em sua materialidade, e não mais o jogo de representações de que se ocupava a análise das riquezas. A economia política desponta, dirá Foucault, “já para uma antropologia que põe em questão a essência do homem [...] e o objeto no qual ele investe as jornadas de seu tempo e de seu esforço sem poder nele reconhecer o objeto de sua necessidade imediata” (FOUCAULT, 2007, p. 309). Porque se o objeto de conhecimento da economia é efetivamente as formas de produção e o homem enquanto ser que trabalha, o que se tem aí é um domínio do conhecimento em que o homem assume o centro das empiricidades. E isto se revela por outra série de fatores, como por exemplo a teoria do valor proposta por Smith: “Torna-se, pois, evidente que o trabalho é a única medida universal, e também a única medida justa do valor, ou seja, é o único padrão em relação ao qual se podem referir os valores dos diferentes bens, em todos os tempos e lugares” (SMITH, 1987, p. 129) A partir de então o que irá constituir e definir as riquezas, o preço, o valor, não é mais um sistema de equivalências estabelecido por meio da comparação entre objetos destinados à troca. O valor da riqueza se relaciona agora à quantidade de trabalho humano que se pode comprar, consumir, dominar. “O trabalho”, dirá Smith, “foi o primeiro preço, a moeda original, com que se pagaram

todas as coisas” (SMITH, 1987, p. 120), ele é, como tudo, um bem, mas um bem que, por natureza, opera como medida universal de todas as coisas.

Pode-se dizer que, no novo espaço epistemológico aberto pela modernidade, os componentes “antropológicos” das análises da economia política lhe conferem a positividade requerida. Porque por mais que o valor varie de acordo com a abundância ou a raridade de um produto, resta ainda no trabalho humano o poder de ser o verdadeiro referencial em termos de valor, e esta é uma constante nas análises de Smith. Nas palavras de Foucault,

[...] as riquezas não estabelecerão mais a ordem interna de suas equivalências por uma comparação dos objetos a trocar, nem por uma estimação do poder próprio a cada um de representar um objeto de necessidade (e, em último recurso, o mais fundamental de todos, o alimento); elas se decompõem segundo as unidades de trabalho que realmente as produziram. As riquezas são sempre elementos representativos que funcionam: mas o que representam finalmente não é mais o objeto do desejo, é o trabalho (FOUCAULT, 2007, p. 305).

Igualmente, o valor de troca de qualquer coisa passa a ser igual à dimensão do poder de compra do possuidor, e o poder de compra de alguém consistirá no produto do trabalho de outros homens. Em outras palavras, a riqueza passa a significar, pura e simplesmente, a capacidade em adquirir ou consumir trabalho alheio.

As palavras e as coisas é publicada em 1966; em 1979, novamente o fundador da economia política moderna assume lugar de destaque nos diagnósticos políticos do filósofo francês. Novamente o pensamento de Smith é visitado, sob outros aspectos, mas antes de tudo possibilitando uma reunião de perspectivas que convergem para um fundo comum, que não é outra coisa senão a política.

O resumo do curso *Nascimento da biopolítica*, publicado nos anais do *Collège de France* em 1979, tanto resgata o clima das investigações de Foucault naquela época, quanto confirma a constante preocupação do filósofo com os desafios do presente:

O tema escolhido era portanto a “biopolítica”: eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje (FOUCAULT, 2008a, p. 431).

A biopolítica designa a entrada da vida das populações no cerne das competências das práticas de governo. Obviamente, esse processo de governamentalização da vida biológica suporá a invenção de instrumentos estatais de exercício do poder. E é o século XVIII o momento da grande guinada nas modalidades de exercício da soberania política. A partir sobretudo do século XVIII a política começa a ser definida diferentemente da codificação binária súdito/soberano. A emergência de um novo dado, a população, com todas as suas demandas de bem-estar, saúde, educação, natalidade, etc., passa a exigir para si, no que diz respeito aos processos naturais que a compõem, mecanismos de poder mais adequados. Ou seja, o que se tem agora é uma relação com a soberania que não se esgota na ordem da obediência. Já não se tem exclusivamente, como objeto de governo, uma coleção de sujeito de direito. Trata-se agora de uma superfície de intervenções calculáveis sobre seres vivos, e é exatamente a população esse campo de realidade.

A nova modalidade de exercício da soberania política, que não se esgota na prescrição da lei, que encontra sua caução no Estado e que, acima de tudo, age no plano da população, recebe o nome, nas investigações foucaultianas, de mecanismos de segurança. A segurança não prescreve o permitido e o proibido, ela não prescreve, e sim gerencia, lida com margens de riscos. Mecanismos de segurança não regulamentam (o regulamento é da ordem da racionalidade jurídica), ele prevê, e administra, na medida do tolerável, as flutuações naturais a que está sujeito o comportamento da população.

Muito embora o governo possa se exercer através de instrumentos estatais, o governo, ou a governamentalidade, é entendido por Foucault como uma prática que extrapola o Estado institucionalizado. Para ingressar nas análises da biopolítica, Foucault demonstra um interesse “indireto” pela questão do Estado, pelo menos desde *Segurança, território, população*, curso ministrado um ano antes de *Nascimento da biopolítica*. É como se ele se perguntasse: seria possível abordar o Estado através do seu desenvolvimento difuso e do seu funcionamento, ao invés de retomá-lo, como de praxe, como um universal político que precisa ser decomposto historicamente? Será que o “funcionamento” do Estado é um reflexo adequado disto que se poderia chamar de “artes de governar”? O Estado, enquanto domínio móvel, seria passível de ser tomado em seu devir caso se procurasse restabelecer a racionalização que cingiu a prática de governo ao longo da história? É com esse conjunto de problemas que o filósofo se depara: fazer uma história, uma genealogia da biopolítica, partindo não do Estado, mas da maneira como se pensou o governo dos homens. “Em suma é, digamos, o estudo da

racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (FOUCAULT, 2008a, p. 4). Ora, é justamente com a emergência da economia política que esse problema se acentua. Quando a economia assume o papel de instrumento de cálculo para a prática governamental, e o liberalismo anuncia que o governo não deve ser a finalidade de si mesmo; quando as variáveis que envolvem a vida das populações aparecem como alvo da soberania política, e é o mercado que, a partir de então, assume a função de termômetro do bom governo, eis aí o instante em que a biopolítica começa a ganhar contornos cada vez mais amplos. “Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica” (FOUCAULT, 2008a, p. 30)

Antes da era moderna, antes que o liberalismo pudesse se constituir como um “instrumento crítico da realidade” (FOUCAULT, 2008a, p. 434), antes que o mercado constituísse, nas palavras de Foucault, um “lugar de verificação” (FOUCAULT, 2008a, p. 45), aquilo que funcionava como crivo, como critério de decodificação do real, era o próprio Estado, não o mercado. Isto significa que a soberania, o território, as riquezas do príncipe, os súditos, o comércio, tudo era compreendido, racionalizado, através da ótica do Estado. O Estado funcionava não somente como princípio de inteligibilidade do governo, ele era aquilo a partir do qual eram normatizadas as coisas que deviam ser governadas. Essa maneira específica de se pensar a prática de governo é o que costumeiramente se chamou de razão de Estado. Segundo Foucault a arte de governar pautada pela razão de Estado tomou corpo em três práticas precisas, ao longo dos séculos XVI e XVII: o mercantilismo, a polícia, e o aparelho diplomático-militar.

Primeiro, do lado econômico, era o mercantilismo, isto é, uma forma de governo. O mercantilismo não é uma doutrina econômica [...]. É certa organização da produção e dos circuitos comerciais de acordo com o princípio de que, primeiro, o Estado deve se enriquecer pela acumulação monetária; segundo, deve se fortalecer pelo crescimento da população; terceiro, deve estar e se manter num estado de concorrência permanente com as potências estrangeiras. [...] A segunda maneira de o governo segundo a razão de Estado se organizar e tomar corpo numa prática é a gestão interna, isto é, o que na época se chamava polícia, isto é, a regulamentação indefinida do país de acordo com o modelo de uma organização urbana densa. Enfim, terceiro, organização de um exército permanente e de uma diplomacia igualmente permanente. Organização, por assim dizer, de um aparelho diplomático-militar permanente tendo como objetivo manter a pluralidade dos Estados fora de qualquer absorção imperial [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 8)

Esta pauta de ampliação indefinida das forças do Estado – seja através da otimização da balança comercial por meio de intervenções estatais, da normalização extensiva da vida urbana, ou ainda da manutenção do equilíbrio político europeu – sofrerá, ao longo dos séculos XVI e XVII, toda uma série de objeções oriundas do pensamento e da prática jurídica. A razão jurídica começa a se apresentar, no contexto da razão de Estado, como um princípio limitador do poder real, como um foco de oposição aos excessos do poder público. Um foco de oposição que provém “de fora” da prática de governo, como que indicando os limites que a soberania não deve nem pode ultrapassar. Começa a se desenvolver aí uma sequência de polêmicas e embates políticos “em torno por exemplo das leis fundamentais do reino, leis fundamentais do reino essas que os juristas vão objetar à razão de Estado dizendo que nenhuma prática governamental, nenhuma razão de Estado pode justificar o seu questionamento” (FOUCAULT, 2008^a, p. 8). Nota-se, por exemplo, essa crítica à razão de Estado no “pacto original” de Locke, no estabelecimento do legislativo como poder supremo; no fundamental direito à revolução, aplicado quando a sociedade civil decide dissolver o governo e depor o legislativo, caso o poder supremo traia a confiança nele depositada e exerça sobre a sociedade um poder que não lhe foi conferido. Ou, semelhantemente, no que mais tarde se chamou de *jusnaturalismo* de Rousseau, que é partir do Direito para chegar àquilo que seriam direitos inalienáveis e imprescritíveis dos homens. Estabelece-se uma fronteira entre os direitos naturais – dentre os quais figura fundamentalmente a liberdade – que em hipótese alguma podem ser desconsiderados, e o os outros direitos ditos “positivos”.

Com o século XVIII, chega-se ao momento em que a economia política aparece como uma nova base de cálculo, intrínseca às próprias operações governamentais, mas que irá impor à razão governamental uma modalidade nova de limitação que não é, como anteriormente, uma limitação de direito, e sim, mais precisamente, uma autolimitação.

O princípio de direito contrabalançava nessa época a razão de Estado como um princípio externo. Digamos que entramos aqui, como vocês veem, numa era que é a da razão governamental crítica. Toda a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais. Não é ao abuso da soberania que se vai objetar, é ao excesso do governo. E é comparativamente ao excesso do governo, ou em todo caso à delimitação do que seria excessivo para um governo, que se vai medir a racionalidade da prática governamental (FOUCAULT, 2008a, p. 17, 18).

Também a economia política descobre uma naturalidade própria da prática governamental que precisa ser preservada, mas não uma naturalidade que tinha sido delegada a um estágio inicial da humanidade, anterior à civilização, e que precisa ser invocada sob a justificativa de um aprimoramento moral do homem. Trata-se agora de uma lei da natureza, dirão os economistas, o fato de que “a população, por exemplo, se desloca para os salários mais elevados; é uma lei da natureza a de que uma tarifa aduaneira protetora dos altos preços dos meios de subsistência acarreta fatalmente algo como a escassez alimentar” (FOUCAULT, 2008a, p. 22). Trata-se de uma lei da natureza a própria autoregulação do preço de mercado em função disso que Smith irá chamar de “preço natural”. Se não há a artificialidade do monopólio industrial, se não há investidas governamentais que impedem a liberdade de comércio, é natural que o mercado comece a obedecer a mecanismos espontâneos sem o risco de acarretar a escassez alimentar. O economista explica como o preço de mercado tende a se equilibrar com o preço natural em função de relações espontâneas entre produção e demanda.

O preço de mercado de qualquer bem específico, embora possa manter-se por muito tempo a um nível superior ao preço natural, raramente poderá manter-se-lhe inferior. Fosse qual fosse a parte dele paga abaixo da taxa natural, as pessoas cujo interesse fosse, assim, afetado, imediatamente sentiriam o prejuízo e retirariam dessa produção uma quantidade tal de terra, de trabalho ou de capital que a produção trazida até ao mercado em breve se reduziria à apenas necessária para suprir à procura efetiva. Em consequência disso, o preço de mercado depressa subiria até igualar o preço natural (SMITH, 1987, p. 129).

No contexto da razão de Estado, vigorava, como já dito, a lógica do mercantilismo. De acordo com esta lógica, toda riqueza que cada Estado adquire é potencialmente subtraída das nações vizinhas. O mercado devia ser, portanto, racionalizado segundo a lógica artificial de equilíbrio entre os Estados. Tudo isto tomou corpo na doutrina da balança comercial, e era com a finalidade de manter equilibrada a balança que uma série de restrições e regulamentações eram impostas às transações comerciais. Para Smith, para os teóricos da economia política, nada foi tão absurdo quanto a ideia da balança comercial. Aquele comércio, diria Smith, que se processasse naturalmente entre duas praças, tendia a ser vantajosos para ambas as partes. “Por vantagem ou por ganho”, ele diz, “entendo não o aumento da quantidade de ouro e

prata, mas o aumento do valor da produção anual da terra e trabalho de um país, ou o aumento do rédito anual dos seus habitantes” (SMITH, 1987, p. 809). O aumento do rédito anual pode muito bem ser alcançado por um outro equilíbrio que não aquele defendido pela balança comercial. Smith defende que se, por acaso, a balança comercial se mantiver desfavorável em certo país, mas por outro lado, for mantido o equilíbrio produção/consumo, é provável que, na medida em que crescesse o valor de troca da produção, cresceria proporcionalmente o rédito anual da nação:

Se o valor de troca da produção anual, como já se observou, exceder o do consumo anual, o capital da sociedade aumentará anualmente na proporção deste excesso. [...] Se, pelo contrário, o valor de troca da produção anual é inferior ao consumo, o capital da sociedade decairá anualmente na proporção desta deficiência. Neste caso a despesa da sociedade excede o rédito, e, necessariamente, irá absorver o seu capital. Assim, este decairá obrigatoriamente, e, com ele, o valor de troca da produção anual. [...] O equilíbrio entre a produção e o consumo pode ser sempre favorável a uma nação apesar de a chamada balança comercial lhe ser, geralmente, desfavorável. Uma nação pode importar, talvez durante meio século, num valor superior ao conjunto das suas exportações; o ouro e a prata que entram durante todo este período podem ser imediatamente enviados para fora; [...] e apesar de tudo, a sua riqueza real, o valor de troca da sua produção anual podem, durante este período, ter aumentado numa proporção muito maior (SMITH, 1987, p. 822, 823).

Foucault identifica, no novo jogo de concorrência proposto por Smith, uma inflexão decisiva em relação à governamentalidade anterior. O liberalismo, crítico do controle do Estado sobre o comércio, e já inscrito “numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas” (FOUCAULT, 2008a, p. 64), passa conseqüentemente a veicular uma crítica à própria autofinalidade do Estado. O que começa a se delinear – e é aí que talvez esteja a inovação da leitura de Foucault – é que com Adam Smith, com a economia política dirigindo à razão de Estado uma crítica que emerge na imanência da governamentalidade, neste mesmo momento, o mercado passa a assumir certo “lugar de verificação” da prática governamental:

Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe – falsificar ou verificar a prática governamental. Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer, um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental (SMITH, 2008a, p. 45).

O liberalismo nascente veiculou, queira ou não, uma crítica, crítica que não gravita em torno do direito público, mas que se constitui no interior dos objetivos da razão governamental. Apesar de surgir em continuidade com os objetivos da antiga razão de Estado – e isto representa que ele ainda requer “garantir de forma conveniente, ajustada e sempre proveitosa a concorrência entre os Estados” (SMITH, 2008a, p. 19) –, o que o filósofo encontra no liberalismo, e isto é o mais notável, é um esquema regulador da prática governamental que é levado, de formas diferentes e simultâneas, a exercer uma “oposição às vezes radical” (SMITH, 2008a, p. 434) aos excessos da soberania política.

Referências

- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: *Ditos e Escritos II*. Org. Manoel B. da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- SMITH, A. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Trad. Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.